

**ATA SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA LGBT+**



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
CONSELHO LGBT**

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 18

PAUTAS: **1)** Informes e apresentação de documentos dos Grupos de Trabalho do CMLGBT; **2)** Encontro entre os colegiados da SMDHC; **3)** Nota Pública de Repúdio; **4)** Minuta de Resolução; **5)** Atualização do processo eleitoral do CMLGBT; **6)** Alteração do Decreto 59.047;

PARTICIPANTES DO GOVERNO: Rebeca Rodrigues (Vice Presidente do CMLGBT/Titular - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Jhonatas da Silva (Suplente - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Alcione Ramos Campiotto (Titular - Secretaria Municipal da Saúde), Ana Caroline Barbosa Vergueiro (Suplente – Secretaria Municipal de Saúde), Wesley Ribeiro Carvalho Pimenta (Titular - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), João Paulo Guilherme dos Santos (Titular- Secretaria Municipal de Segurança Urbana), Luciana Gandelman (Titular – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho).

PARTICIPANTES DA SOCIEDADE CIVIL: Maciel Silva Nascimento (Presidente do Conselho Municipal LGBT - SINDSEP/S), Marcela Bosa (Titular - Segmento de Travestis), Andreza Nascimento Almeida (Titular - Segmento de Mulheres Bissexuais), Ideraldo Luiz Beltrame (Titular - Segmento de Homens Gays), Cíntia Abreu (Titular - Segmento de Mulheres Lésbicas), Reyna Destro Nogueira (Titular – Segmento das Mulheres Trans), Diego Alves Carvalho (Titular – ArtGay), Kel Fernando Azevedo (Titular – Segmento de Homens Trans), Professor José Luciano dos Santos (Titular – APEOESP).

CONVIDADO: Apolo Fernandes.

A Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas para LGBT+ foi realizada em formato híbrido, com participação presencial na Rua Líbero Badaró, nº 119, no

dia 25 de abril de 2025, tendo início às 10h15, após verificação do quórum necessário para abertura dos trabalhos.

A vice-presidente do Conselho, Rebeca Rodrigues, iniciou a reunião saudando as pessoas presentes e, em seguida, passou a palavra ao Presidente, Maciel, que agradeceu o comprometimento de todas as pessoas presentes.

Inicialmente, foram apresentados informes sobre alterações na composição da Coordenação de Políticas para LGBTQ+, em razão da saída da Léo Àquilla como Coordenadora, sendo informado que o cargo passaria a ser ocupado por Victor Teixeira. Também foi comunicada a saída de Kylie Pessoa da vice-presidência do Conselho, função que passa a ser exercida por Rebeca Rodrigues. Foi registrado que Jhonatas permanece como suplente e colaborador das atividades do colegiado. Informou-se ainda que Maria se encontra em trâmites internos para futura atuação na assessoria, havendo encaminhamento para que posteriormente assumira a vice-presidência, considerando a importância da representatividade.

Destacou-se a importância da continuidade dos trabalhos do Conselho independentemente das mudanças institucionais, reconhecendo a atuação de Rebeca e Jhonatas no acompanhamento das pautas e discussões.

Na sequência, foi informado que os relatórios e informes dos Grupos de Trabalho (GTs) — GT de Regimento Interno e GT de Relações Institucionais — foram encaminhados previamente por e-mail a todas as pessoas que fazem parte do CMLGBT, permanecendo ambos em atividade.

Também foi proposta a realização de debate acerca do encontro entre os conselhos, incluindo a definição de datas e organização das atividades.

Em continuidade, foi debatida a necessidade de posicionamento institucional acerca da violência política sofrida pela Deputada Federal Erika Hilton, especialmente em razão de sua atuação parlamentar, sendo apresentada proposta de elaboração de nota de repúdio para apreciação do colegiado.

Foi igualmente apresentada proposta de resolução referente ao cancelamento de atividade promovida por centro de referência voltada à população CIS LGB, após intervenções externas, entendendo-se necessária manifestação formal do Conselho sobre o ocorrido.

Na pauta, incluiu-se ainda a discussão sobre o processo eleitoral do Conselho, as movimentações internas da Coordenação e o andamento da proposta de alteração do decreto que regulamenta o funcionamento do colegiado, substituindo a discussão anteriormente prevista sobre o regimento interno.

Posteriormente, foi aberta consulta aos conselheiros e conselheiras quanto à inclusão de novos pontos de pauta e à aprovação da pauta apresentada, sendo aprovada para prosseguimento dos trabalhos.

Dando continuidade, foi apresentada demanda encaminhada por munícipes acerca da instalação de câmeras do programa Smart Sampa em espaços de atendimento a populações em situação de vulnerabilidade, destacando-se a necessidade de acompanhamento e debate do tema pelo Conselho. Informou-se que foram solicitados esclarecimentos à Secretaria Municipal da Saúde e estabelecido diálogo com a área de segurança pública para subsidiar a discussão.

Nesse contexto, foi proposta a leitura e aprovação de nota institucional sobre a temática, considerando as preocupações relacionadas à privacidade, ao acesso aos serviços públicos e à proteção de dados pessoais.

Na sequência, foram apresentados informes do GT de Regimento Interno, atualmente voltado à proposta de alteração do Decreto (59.047) de regulamentação do Conselho. Informou-se que o texto se encontra em análise pela assessoria técnica, assessoria jurídica e Coordenação, aguardando devolutiva formal para posterior atualização ao colegiado. Ressaltou-se que a elaboração do novo regimento interno dependerá da aprovação prévia da alteração do decreto, embora já exista minuta preliminar em construção.

Também foi discutida a realização de reunião extraordinária para organização do Encontro entre os conselhos, sendo sugeridas as datas de 12 ou 14 de maio, às 10h, em período da manhã, considerando a necessidade de participação da sociedade civil e do poder público. Informou-se que a convocação formal seria encaminhada por e-mail, prioritariamente às presidências dos conselhos, com possibilidade de participação de demais representantes.

Destacou-se que o encontro deverá ser construído coletivamente entre os conselhos participantes, sem definição prévia unilateral de pauta ou encaminhamentos. Foi igualmente registrado que o prazo ideal para realização do encontro é até o mês de agosto, em razão da transição de gestão prevista para setembro.

O conselheiro Kel Fernando manifestou preferência pela data de 12 de maio, condicionando sua participação à apresentação de convocação formal para justificativa junto ao trabalho. Em resposta, foi esclarecido que toda reunião extraordinária possui convocatória oficial e registro em ata, conforme previsto no regimento interno.

O presidente Maciel Nascimento informou ainda a possibilidade de disponibilização futura de auditório vinculado ao sindicato no qual atua para realização de atividades

presenciais do Conselho, destacando a capacidade ampliada do espaço e sua localização central.

Quanto ao processo eleitoral do Conselho, foi informado que as articulações seguem em andamento junto à Secretaria competente, embora ainda sem devolutiva formal. Registrou-se que os nomes da comissão eleitoral já foram encaminhados, contemplando representantes da sociedade civil e do poder público, estando o edital em fase preliminar de elaboração. Informou-se que a formalização da comissão ocorrerá por meio de portaria, sendo posteriormente apresentado o cronograma das atividades eleitorais.

Em continuidade aos trabalhos, foi realizada a leitura dos cinco relatórios referentes às visitas técnicas promovidas pelo Conselho aos Centros de Referência e demais equipamentos públicos. Informou-se que os documentos seriam encaminhados por e-mail para apreciação dos conselheiros e conselheiras, devendo eventuais sugestões ser realizadas por meio de comentários no próprio arquivo, sem alteração direta do texto original. A sistematização final ficará sob responsabilidade da Secretaria Executiva.

Solicitou-se atenção para inclusão de informações relacionadas à acessibilidade dos espaços, composição das equipes e presença de pessoas LGBTI+ nos equipamentos visitados, visando maior padronização e qualificação dos relatórios. Ressaltou-se que as visitas tiveram caráter técnico e de reconhecimento institucional dos serviços.

O conselheiro Ideraldo destacou a importância da aproximação entre os serviços públicos e o Conselho, fortalecendo o diálogo institucional e a escuta das equipes dos equipamentos visitados. Também foi sugerido que os relatórios explicitem seu caráter não avaliativo, mas sim de registro técnico das visitas e do diálogo estabelecido.

Após leitura coletiva do documento, deliberou-se pelo envio dos relatórios aos conselheiros, com prazo para sugestões e posterior aprovação por e-mail. O material foi considerado aprovado, condicionado à realização de ajustes pontuais.

Kel Fernando ressaltou que os Centros de Referência apresentam especificidades territoriais e estruturais distintas, sugerindo aprofundamento futuro das análises quanto às condições de atendimento, estrutura física e aspectos financeiros.

Alcione Ramos apontou a necessidade de maior detalhamento sobre equipes e infraestrutura dos equipamentos. Em resposta, esclareceu-se que tais elementos poderão ser incorporados às próximas versões dos relatórios.

O participante Apolo agradeceu a oportunidade de participação no Conselho e destacou a relevância das visitas técnicas para compreensão das demandas da

população LGBTI+, especialmente em serviços de acolhimento e Centros de Referência. Informou-se que proposta encaminhada anteriormente por e-mail será oportunamente analisada pelo colegiado.

Na sequência, Apolo apresentou proposta voltada ao fortalecimento das ações junto à população LGBTI+ em situação de vulnerabilidade, visando subsidiar estratégias de inclusão, acolhimento e promoção da dignidade da população atendida nos serviços públicos. Ficou registrada a possibilidade de continuidade do diálogo para aprimoramento e eventual encaminhamento da proposta.

A conselheira Reyna Destro destacou a importância de aprofundar o debate sobre acessibilidade nos equipamentos públicos, especialmente diante das limitações estruturais identificadas durante as visitas técnicas. Sugeriu a elaboração de documento contendo proposições e encaminhamentos para subsidiar as futuras gestões do Conselho e fortalecer o diálogo entre os conselhos.

Ficou registrado em ata que o Conselho deliberou pela elaboração e aprovação de nota de repúdio em razão da violência política de gênero sofrida pela Deputada Federal Erika Hilton, reafirmando o compromisso do colegiado com os direitos humanos, a democracia e o combate às discriminações. O documento foi aprovado pelas pessoas presentes após realização de ajustes coletivos.

Na continuidade dos trabalhos, foi realizada a leitura e aprovação da Minuta de Resolução nº 002, referente ao programa Smart Sampa.

Durante o debate, foram levantadas preocupações relacionadas à utilização de tecnologias de reconhecimento facial em serviços públicos, especialmente nos serviços de saúde e atendimento à população vulnerável. A conselheira Alcione Ramos ressaltou que quaisquer medidas de vigilância devem observar o princípio da não restrição de acesso, garantindo que usuários não sejam constrangidos ou afastados dos serviços públicos em razão dessas tecnologias.

Também foi debatida a existência de normativas semelhantes na área da educação municipal e a necessidade de levantamento de eventuais protocolos internos da saúde relacionados ao tema.

Em seguida, foi deliberada minuta de resolução referente à proibição de patrocínio ou apoio institucional da Prefeitura a ações que promovam segregação de pessoas trans e travestis no Município de São Paulo.

Foi ainda proposta a construção de protocolo intersetorial envolvendo saúde, segurança pública e educação, voltado ao atendimento de populações em situação de vulnerabilidade, com participação do Conselho na definição de diretrizes relacionadas à proteção de dados, direitos humanos e acesso aos serviços públicos.

Durante a discussão, foram manifestadas preocupações quanto às limitações e riscos associados ao uso de tecnologias de reconhecimento facial, incluindo falhas de identificação, violações de privacidade e possibilidade de monitoramento indevido de usuários dos serviços públicos. Reforçou-se a necessidade de observância da legislação de proteção de dados pessoais e alinhamento das políticas de segurança pública às diretrizes de direitos humanos e atendimento à população LGBTI+.

Na sequência, o Sr. João Paulo Guilherme dos Santos apresentou considerações sobre estratégias preventivas de segurança pública, destacando a importância da atuação integrada entre segurança, saúde e assistência social. Informou que medidas de monitoramento digital e vigilância preventiva vêm sendo utilizadas para identificação de potenciais ameaças e prevenção de situações de violência, inclusive em ambientes virtuais. Ressaltou ainda a atuação conjunta com a Delegacia de Crimes Cibernéticos e a necessidade de construção de protocolos intersetoriais de prevenção e acolhimento.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h15, com agradecimentos da Secretaria Executiva, Rebeca Rodrigues, às pessoas presentes pela participação e compromisso com a defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+.

Por fim, informou-se que a presente ata será encaminhada às pessoas participantes para apreciação e, após leitura e aprovação, será devidamente publicada.